

---

# LINGÜÍSTICA

---

Vol. 8

1996

---



Publicación de la  
ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA

---



DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA (1813-1991):  
A MICROESTRUTURA DOS DICIONÁRIOS GERAIS DE LÍNGUA

MARIA JOSÉ BOCORNY FINATTO

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Letras  
Brasil*

O Brasil é um país de história lexicográfica bastante recente: oficialmente nosso primeiro dicionário de tipo geral de língua nasceu em Portugal, pela mãos de um brasileiro perseguido pela Inquisição, por volta de 1813. Contudo, há registros de obras dicionarísticas publicadas mesmo antes de 1808, salientando-se que até esse ano qualquer atividade impresso-editorial esteve proibida na colônia portuguesa. Este trabalho, versão abreviada da dissertação de mestrado da autora, procura indiretamente resgatar parte da história lexicográfica brasileira. E, partindo da reconstrução de sua trajetória histórica, supõe que tenha havido evolução nos padrões de formulação microestrutural ao longo do tempo. No intento de verificar essa hipótese, examina e discute o comportamento formal da microestrutura lexicográfica geral monolíngue em obras brasileiras publicadas entre 1813 a 1991. Como parâmetro para a análise e descrição da formulação microestrutural, foi utilizado um módulo da Teoria do Texto Lexicográfico, desenvolvida por H. E. Wiegand em 1989, o que permitiu uma descrição dos verbetes em termos das classes de indicação de informação que os compõem.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar os principais resultados da dissertação de mestrado (Finatto 1993) que examinou a formulação lingüística dos enunciados lexicográficos ao longo de sua trajetória nos dicionários monolíngües brasileiros. Mais especificamente, pode-se dizer que o estudo em questão se ocupou da configuração formal ou tipolo-

gias microestruturais dos verbetes de substantivos nos dicionários de tipo geral de língua, pretendendo descrever um perfil, ainda que parcial, de suas características formais ao longo do tempo.

A investigação não se deteve especificamente no resgate da história lexicográfica brasileira, embora isso tenha sido feito indiretamente pela análise de alguns aspectos lingüísticos presentes no processo de estruturação formal de entradas em dicionários de língua. Esses dicionários, por amostragem, representaram o período entre 1813-1991, o que cobre, em tese, a quase totalidade da produção de dicionários gerais de língua no Brasil.

Neste sentido, cabe ainda explicitar que o tratamento descritivo formal do enunciado lexicográfico, utilizado no trabalho, é justificado na medida que sua estruturação nos verbetes é o sustentáculo maior de qualquer dicionário. Assim, se a entrada não for semanticamente abrangente ou se sua formulação não for suficientemente funcional, todo o dicionário perderá em eficácia e qualidade, obrigando o usuário a consultas sucessivas ou impondo a busca de outra obra que possa atender completamente a suas necessidades de informação.

É bem verdade que uma análise mais profunda da qualidade da definição lexicográfica teria exigido um estudo semântico. Entretanto, a restrição às características formais do verbete foi uma delimitação necessária à operacionalização da investigação, cujo suporte teórico seguiu as proposições da Teoria do Texto Lexicográfico, desenvolvida por Herbert Ernst Wiegand (1989), com vistas à descrição da configuração geral das microestruturas do dicionários. Nesse sentido, salientamos que a dissertação poderia ser considerada como 'um exercício de aplicação' de um modelo teórico.

São apresentados neste trabalho:

- a) algumas considerações sobre o dicionário monolíngüe do tipo geral de língua, a sua microestrutura e a definição lexicográfica (DL);
- b) um relato da história lexicográfica brasileira, ao que se deu, aqui, um grande destaque;
- c) um resumo dos principais pressupostos da referida teoria;
- d) as hipóteses levantadas, o corpus sob análise, a metodologia empregada e, finalmente, os resultados obtidos.

## 2. O DICIONÁRIO MONOLÍNGÜE

O dicionário monolíngüe é tradicionalmente considerado como a forma mais acabada e complexa da tarefa lexicográfica. Para Dubois

(1962:43), o dicionário monolíngüe é uma descrição de um léxico e seu objetivo é permitir ao consulente uma consulta rápida. Baseado sobre um critério formal (alfabético), oferece ao usuário a explicação ou tradução de um termo, palavra ou expressão em elementos simplificados.

J.Rey-Debove (1984:63) considera que 'um dicionário é um texto duplamente estruturado'. A primeira dimensão é a 'seqüência vertical de itens', as entradas; a segunda é constituída de um 'programa de informações sobre as entradas, que forma com elas os verbetes'. Para a autora (1984:65), um dicionário geral da língua teria como finalidade a descrição do léxico total.

Segundo Haensch (1982:129), os dicionários de língua são repertórios de signos lingüísticos, cujas características e propriedades gramaticais, significado, valores de uso, relações paradigmáticas ou sintagmáticas com outros elementos do léxico são explicados através de uma metalinguagem.

Por outro lado, poderíamos considerar, de modo sintético, o dicionário monolíngüe (não enciclopédico)<sup>1</sup> como um produto cultural de dimensão signíca e metalingüística, isto é, como um signo em sua totalidade, composto de signos constituintes, onde cada elemento lexical de uma língua, normalmente a unidade ampla designada 'palavra', sofre um processo condensatório de características e propriedades sistêmicas (a lematização), de modo a ser extraído do sistema lingüístico.

Dessas unidades lematizadas, são apresentadas no dicionário características pertinentes que permitam ao consulente, com base nessas informações e na sua própria competência enquanto falante, reintegrar a unidade ao todo sistêmico de modo eficiente, isto é, recolocar a unidade em 'funcionamento' na língua, ou em possíveis funcionamentos. Ele estará, então, a par de características semânticas, prosódicas, gráficas, sintáticas, morfológicas e sócio-lingüísticas da unidade lexical.

Essas visões sintetizam a complexa constituição do dicionário e apontam para a importância do estudo de sua micro e macroestrutura.

### 2.1. *Macro e microestrutura do dicionário monolíngüe*

A macroestrutura do dicionário é a sua totalidade enquanto signo-texto: Este signo-texto, conforme Jean e C Dubois (1971:8-9), é um objeto cultural, texto ou obra pedagógica que abriga o arrolamento de signos lingüísticos e suas características, podendo incluir informações acerca

1. Não será aqui discutido o tópico *tipologia de dicionários*, assunto longe de ser esgotado.

de seu manuseio enquanto livro, informações sobre a gramática da língua, sobre o processo de confecção da obra e indicadores de fontes bibliográficas utilizadas.

A dimensão microestrutural corresponde ao verbete ou entrada, resultado do processo de lematização sofrido pelo signo lingüístico. É nesta dimensão que ocorre o que, por extensão, poderíamos chamar 'signo-verbete', ou a unidade constituinte do arrolamento de signos lingüísticos. Na verdade, a dimensão microestrutural é a mais importante do dicionário, já que, obviamente, sem um conjunto de microestruturas o dicionário não existe.

A microestrutura do dicionário, ou estrutura do verbete, corresponde a toda a construção do verbete, incluídas eventuais subentradas, indicações gramaticais, de outras ordens e principalmente a indicação do significado. Esta última pode ser constituída de paráfrase ou sinonímia, não raro ocorrendo incorporadas a ela informações não lingüísticas. No interior da microestrutura, o elemento de maior destaque é a indicação do significado ou a definição lexicográfica.

Constituída por uma metalinguagem tradicionalmente estabelecida, a definição de dicionário ou enunciado lexicográfico tem despertado o interesse de diversos estudiosos, já que de sua qualidade conceptual e formal depende o valor de todo e qualquer dicionário. Neste sentido, apresentamos, a seguir, considerações de alguns autores sobre a definição lexicográfica.

## 2.2. A definição lexicográfica no dicionário monolíngüe

As características da definição lexicográfica ou enunciado lexicográfico têm sido abordadas sob pontos de vista diferenciados. Para Barbisan (1980:26), a análise da significação da unidade léxica é a definição lexicográfica. A definição lexicográfica é, então, a palavra ou palavras que constituem as parafrases consideradas como equivalentes sinonímicas da palavra-entrada. Nos casos de polissemia, cada paráfrase deve dar conta das diferentes significações em diferentes contextos, constituindo assim a chamada acepção. Biderman (1984:32) considera a DL uma paráfrase equivalente semanticamente ao vocábulo. Esta autora retoma a antiga discussão sobre a DL e a definição lógica que, a princípio, só seria aplicável à classe dos substantivos: a definição lógica define objetos; a DL, traços semânticos.

J.R. Debove (1966:74) explica que ocorrem dois níveis na DL, o nível conceptual e o lingüístico. O primeiro limita-se à definição; o segundo, à gramaticalidade do signo. Já, para A. Rey (1965:71), o pro-

grama da definição reduz-se, pela prática lexicográfica, a fazer corresponder a uma dada unidade lexical uma pluralidade de unidades do mesmo sistema lingüístico, organizadas de acordo com estruturas sintagmáticas do sistema, de modo que permitam o envio ao significado, possibilitando assim ao consulente a elaboração conceptual do seu significado.

Lara (1989:20), ao tratar da DL, desenvolve as idéias de Rey-Debove e indica que esta não é somente a parte mais importante e delicada do artigo do dicionário, mas está em íntima relação com a análise semântica. Considera-a também (op. cit. p.84-85) como uma estrutura dual que consta de dois tipos de informação: conceptual e lingüística. A informação conceptual é definida como conteúdo abstrato que proporciona a formação de objetos mentais. Esse conteúdo conceptual, então, torna-se lingüístico a partir do momento em que entra em funcionamento com as unidades restantes e conteúdos de outras unidades. Isto é, o conceptual torna-se lingüístico à medida que passa a integrar o sistema da língua.

Krieger (1980:3) diz que 'definir lexicograficamente é fazer corresponder a uma unidade lexical todos os sentidos que a recobrem (...), é desenvolver uma descrição semântica do lexema'. Para cumprir seu objetivo, a DL precisa basear-se na análise semântica, sendo ela 'uma transposição de significados entre signos'. Esta autora postula que a análise sêmica é um modo de conferir rigor ao texto da definição.

Considerando os posicionamentos acima indicados, parece-nos importante observar o caráter dual, recorrentemente atribuído à DL: seus aspectos conceptuais e lingüísticos. Nesse sentido, a indicação do lema unida à DL 'extrai' do signo lingüístico o que ele tem de conceptual, para que então o consulente o torne lingüístico novamente.

Quanto à estruturação da entrada e o processo de lematização, encontramos em trabalho mais recente de J.R Debove (1989,33:308), também a consideração sobre a existência do processo de *deslematização*. Este processo de 'decodificação' se dá geralmente no interior dos exemplos de uso indicados no verbete e consiste na descrição indireta das realizações discursivas aliada à descrição do funcionamento morfossintático.

A lematização, de outro lado, tem ainda função mostradora: ela serve para mostrar ao leitor/consulente que a entrada é um signo que existe e não uma unidade convencional. Além disso, é um indicador de que todos os dicionários de língua trazem um texto metalingüístico sobre a linguagem.

Para Wiegand (1976:120), a formulação das entradas lexicais, sustentada na DL, é vista como um processo lingüístico, onde, a partir da recolha de textos ou partes de textos, são extraídas palavras que são lematizadas. Estes lemas não são apresentados lingüisticamente como algo isolado, pois são formulados para eles novos textos. Relaciona-se, portanto, a lexicografia antes com textos do que com palavras isoladas.

Assim, este processo lingüístico, de natureza metacomunicativa, consiste em explicar ao consulente o significado ou significados do lema. Para tanto, o lexicógrafo deve antecipar as situações comunicativas nas quais o consulente procurará significados léxicos à medida que realiza um ato de leitura.

Embora não possamos discutir aqui em maior amplitude as implicações dos processos de *lematização*, *deslematização* e o caráter dual da DL em suas instâncias lingüísticas e conceptuais, consideraremos a DL, enquanto um metatexto ou estrutura textual formal, constituída por diferentes tipos de indicações informativas. Essas indicações não se referem ao lema, mas “ao signo lingüístico que o lema arbitrariamente representa” (Wiegand 1989:329), e são de caráter pragmático-semântico, especificando o conteúdo conceptual do signo e suas características lingüístico-formais de modo que o consulente possa reintegrá-lo ao sistema da língua em possíveis funcionamentos.

De tal modo, num enfoque restrito e de acordo com Wiegand, concebemos o enunciado lexicográfico, o lema unido à definição, como um discurso metalingüístico formalmente estruturado. Esse enunciado será examinando enquanto organização estrutural ao longo de um determinado período histórico

### 3. BREVE HISTÓRIA DOS DICIONÁRIOS BRASILEIROS

#### 3.1. *Os primeiros dicionários*

De acordo com Woll (1990:1723), as lexicografias brasileira e lusitana formam uma unidade até a proclamação da Independência do Brasil em 1822. E, o interessante é registrar que até 1808, quando a família real portuguesa chega ao Brasil, qualquer atividade editorial ou de impressão era proibida. Sacramento Blake, em seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, cujo primeiro volume é de 1883, num relato apaixonado, descreve todo o tipo de punição a que eram sujeitos os infratores desta proibição, indo desde a queima pública do material impresso até a prisão dos autores (Blake 1883-1902:IX).

Mas, como a subversão parece constituir uma necessidade huma-

na ao longo do tempo, também na área editorial existiram produções clandestinas. São igualmente de Blake algumas informações sobre tais atividades proscritas na colônia portuguesa. Segundo este autor (op. cit. XVI), mesmo à época da vigência da proibição impresso-editorial, no que diz respeito pelo menos aos dicionários, já havia obras editadas. Como, infelizmente, o foco da obra de Blake não é restrito a dicionários, é impossível obter informação direta acerca do *primeiro* dicionário brasileiro, o que nos interessava identificar e localizar para consulta. Um outro elemento dificultador dessa busca pelo dicionário pioneiro foi o fato de que o trabalho de Blake se organiza pelo primeiro nome dos autores e não por seus sobrenomes ou pelos títulos das obras arroladas.

Com base no trabalho de Almeida (1988:333 e 215), uma das raras publicações catalográficas brasileiras sobre dicionários e obras afins em que entra a língua portuguesa, foi possível a descoberta de alguns dados dessa trajetória histórica. A partir do levantamento do autor e de uma cuidadosa seleção e organização de suas indicações, chega-se à referência do provável primeiro dicionário brasileiro, trata-se do *Dicionário de Botânica* de Manoel Henriques de Paiva, de 1819, impresso na Bahia.

Como a obra de Almeida fornece apenas referências bibliográficas e alguns comentários sobre formatação e edições das obras, foi necessária nova consulta ao *Dicionário Bibliográfico*, que é de cunho eminentemente histórico, para nos certificarmos da data e circunstâncias de publicação.

Então, finalmente, através do trabalho de Blake (op. cit., XVI), descobrimos o registro da existência deste dicionário em época bastante anterior a 1808, já que, segundo suas informações, teria acompanhado a fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1772. De acordo com Blake, Manoel Henriques de Paiva foi vítima de degredo para a colônia por motivos políticos e passou a ser o médico pessoal do Vice-Rei do Brasil, o Marquês de Lavradio. Em virtude dos serviços prestados, Henriques de Paiva teve suas atividades intelectuais e editoriais 'salvaguardadas' da corte portuguesa, tendo, apenas em 1808, suas publicações legalizadas.

Neste sentido, vale lembrar que à época mesmo as agremiações literárias ou 'academias' de qualquer espécie eram severamente reprimidas pela coroa portuguesa, dado o perigo de estimularem movimentos pela independência da colônia. Almeida (1988:156) registra inclusive que Paiva revisou a 5ª edição do *Novo Dicionário Francês e Português* de Miguel P. B. Ivo em 1786, incluindo na obra terminologias de várias



áreas, outros termos e até locuções. Observe-se que este dicionário é de edição portuguesa. Tal fato nos faz especular a hipótese do revisor ter estado em Portugal naquela época apesar da sua condenação ao degredo.

### 3.2. *O dicionário de língua pioneiro*

Quanto aos dicionários de língua propriamente ditos, o primeiro registro de uma obra do gênero publicada no Brasil é o do *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz da Silva Pinto, editado em dois volumes, em Ouro Preto, no ano de 1832. Infelizmente, podemos considerar que se trata de uma 'obra-fantasma', já que da mesma há apenas referência, pois não se tem notícia de sua existência concreta nos dias de hoje. Mesmo Blake, no 5º volume do seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (p.435), de 1899, declara nunca tê-la visto.

Verdadeira exceção a esta prática de desaparecimentos é, sem dúvida, a obra de Antonio de Moraes (ou Morais) Silva, que em 1789 publicou em Portugal o *Dicionário da Língua Portuguesa*. Este, na verdade é um acréscimo e reformulação do dicionário de Rafael Bluteau (1712-1721 - 8 vols.), que, segundo G. Chaves de Melo (1947:10), pode ser considerada verdadeira enciclopédia, uma vez que não se limita a arrolar vocábulos e expressões, dando-lhes a significação e os correspondentes latinos, mas dá conta de usos e costumes, explicando termos e fatos históricos.

A configuração de exceção é atribuída à atividade editorial de Moraes já que, à época, os cidadãos do reino português nascidos no Brasil só podiam publicar obras em Portugal. Assim ele o fez; se a atividade era impossibilitada na colônia, nada mais natural que apenas exercê-la em Portugal.

Diante disso, obra de Morais, tida por alguns como portuguesa, é aqui considerada como brasileira em virtude do autor ser brasileiro de nascimento e do impedimento de sua publicação na colônia.

Sucedendo-se à primeira edição, há uma segunda, de 1813, tida como a melhor entre outras que a seguiram, pois foi a última propriamente elaborada pela autor. Segundo Chaves de Melo (op. cit.p.13), traz o título alterado e a exclusão do nome de Bluteau.

Quanto ao mérito da obra de Antonio Morais Silva, várias são as posições; contudo, são escassas avaliações sistemáticas desenvolvidas à luz de princípios lingüísticos, como, por exemplo, podemos constatar abaixo:

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

*Tem, sem dúvida, o léxico do nosso patricio, "natural do Rio de Janeiro", como ele mesmo se declara na folha de rosto, tem sem dúvida, não pequeno merecimento e valor. (...) De fato, o notável vocabulista brasileiro realizou obra ciclópica para um homem só. Valeu-se do Bluteau, como não podia deixar de fazê-lo, mas com critério (...). Este é o grande mérito de Morais. Seu dicionário é documentado, o que lhe dá um valor permanente. (Chaves de Melo, 1947:16)*

Mesmo nesta mesma linha de apreciações genéricas, todos o consideram um marco da lexicografia da língua portuguesa, algo insuperável até os dias atuais, como declara Houaiss (1990:19):

*Em 1812 ou 1813, apresentando como "segunda edição" de um dicionário anteriormente publicado em fins do século XVIII, um carioca - Antonio de Moraes Silva - editou em Portugal, o Dicionário da Língua Portuguesa, que chega a 50 mil palavras. É um monumento da lexicografia. Representa um estádio de cultura da língua comparável ao que seria o de Noam Webster para a língua inglesa, publicado uns dez anos depois. Entre os dois, o do brasileiro era superior ao do inglês, em termos de precisão, de definição de conhecimentos de cultura geral etc. (...)*

*A partir daí, a dicionarização do idioma começou a perder volume, importância e dignidade. Isso não obstante ter tido três ou quatro dicionários intermediários, que foram o de Domingos Vieira (...), o de Cândido de Figueiredo (...), o de Caldas Aulete e o nosso Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (...)*

Para Biderman (1984:5), o dicionário de Morais de 1813 estabelece um marco na lexicografia de língua portuguesa:

*É o primeiro dicionário de uso da língua, muito avançado para os padrões lexicográficos da época. (...) Um dos méritos do dicionário é exatamente indicar o registro lingüístico da palavra-entrada.*

Em síntese, como podemos observar pelas considerações citadas, há muito mais apreciação do que análise propriamente dita. Além disso, vemos que se as mesmas podem expressar pontos de vista diferenciados, são unânimes em reconhecer o valor e importância do dicionário de Moraes Silva.

Woll (op.cit., 1727), um dos modernos estudiosos da lexicografia portuguesa, também a reconhece, mas sob um ângulo bastante diferen-

ciado. Para este autor, a obra de Morais (considerada em sua 2ª edição de 1813) deixa a desejar sobretudo quanto à constituição de unidades, principalmente quanto à constituição de sememas; mas, na concepção geral de macro e microestrutura, é uma orientação até o século vinte. Independente de focos de análise (que podem variar do aspecto quantitativo ou qualitativo), a obra de Morais é um marco e amplamente reconhecida.

Quanto aos dicionários brasileiros que se seguiram ao de Morais, registram-se vários outros. Apresentamos, a seguir, uma lista cronológica de publicações do gênero que, embora indique obras de menor projeção, traz enumeradas várias delas com intuito de delinear a trajetória histórica da produção dicionarística brasileira.

Este arrolamento de obras foi elaborado a partir da análise e ordenação das informações do catálogo de Almeida (op.cit., 333-349), considerando-se a maior amplitude cronológica possível das publicações. Indicamos, via de regra, apenas as primeiras edições, salvo os casos não referidos por Almeida. Apresentamos listadas aqui várias obras do gênero dicionarístico, não apenas estritamente dicionários de língua. Além disso, como interessa-nos a fixação de um panorama da produção dicionarística nacional, são indicadas somente as obras de publicação brasileira, com exceção apenas para o dicionário de Antonio Morais Silva.

Dada a proliferação de obras de cunho dicionarístico desde meados da primeira metade do século XX, serão enumerados, a partir da década de 30, apenas os dicionários monolíngües de maior projeção, referendados por Chaves de Melo 1947, Barbisan 1980, Biderman 1984 e Woll 1990.

- SILVA, Antonio de Moraes (1755-1824). Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa. Tip. Lacerdina de M.P de Lacerda/Borel, 1813, 2 vols, 806 e 872 p.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. Dicionário de Botânica. Bahia, 1819 (Mesmo sendo esta obra o provável primeiro dicionário brasileiro, com publicação por volta de 1772, registramos aqui sua edição oficial)
- LIMA, José Joaquim Lopes de. Dicionário Corcundático. Rio de Janeiro. Tip. Nacional, 1821, 12 p.
- Suplemento do Dicionário Corcundático. ibi, idem, 8p.
- CAMPOS, Maurício da Costa. Vocabulário Marujo. Rio de Janeiro. Imp. Nacional, 1823, 107p.
- Dicionário de Algibeira. Rio de Janeiro, 1832, 117p. (editado também em Madrid e em Londres por volta de 1828 pela Oficina da Junta Apostólica)
- PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto, 1832. 2 vol.
- SARAIVA, Francisco Justiniano. Glossário das Palavras e Frases da Língua Francesa que por Descuido, Ignorância, ou Necessidade se Tem Introduzido na Locução Portuguesa Mo-

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

- derna, com Juízo Crítico das que são adotáveis Nela. Rio de Janeiro, Tip. de Silva & Irmão, 1835, 144p. (a 1ª edição é portuguesa de 1827)
- SARAIVA, Francisco Justiniano. Ensaio sobre alguns sinônimos da Língua Portuguesa. Nova edição. Santos, Tip. Comercial de G. Delins, 1856, 224p. 1ª edição de 1840, Tip. Nacional, 2 vols., 159 e 138p.
- PEREIRA, Francisco dos Prazeres Fernandes. Coleção de Etimologias Brasílicas. in Rev. Trimestral de História e Geografia. Tomo 1, 2ª parte, Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1846, p. 69-81.
- CÂMARA, Paulo Perestrello da. Coleção de Provérbios, Adágios, Ríflões e Anexins, Sentenças Morais e Idiotismos da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Laemmert, 1848, 228p.
- RUSSOMANO, Victor. Adagiário Gaúcho. In Província de São Pedro, nº 12 e 13, Porto Alegre, 1848-49
- ANDRADE, João Nunes de. Novo Dicionário Clássico Português das Palavras Acabadas em Ç e SS. Rio de Janeiro, Tip. de Nicolau Lobo, 1852, 53p.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Coleção de Vocábulos ou Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. in Revista do IHGB, tomo XVI, 1852, p. 210-240 (com reedição no Brasil em 1863 e em Londres em 1856)
- RUBIM, Braz da Costa. Vocabulário Brasileiro Para Servir de Complemento aos Dicionários da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Tip. Dois de Dezembro de Paula de Brito, 1853
- FARIA, Eduardo Augusto de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 4ª ed., Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert. Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1861, 2 vols. 1430 e 1471 p. (Segundo Almeida (1988, p.118), faria em viagem ao Brasil iniciou a publicação desta edição, deixando esta incumbência a outra pessoa posteriormente. Contudo, Almeida aponta a 4ª edição como sendo de 1859. Assim, conclui-se que esta, de 1861, parte do acervo de um colecionador, não é de seu conhecimento, sendo certamente obra muito rara).
- PASSOS, José Alexandre de. Dicionário Gramatical Português. Rio de Janeiro. Tip. Antônio Gonçalves Guimarães, 1865, 358p.
- SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. In Anais da Biblioteca Nacional, vol. XIII. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger 1875-88, 147p. (A parte publicada vai somente até a letra Ç, em 1889 saiu uma separata da parte publicada nos Anais. Há uma edição de 1954, corrigida e aumentada pelo filho do autor, Julião Rangel de Macedo Soares (2 vols., publicação do INL)
- SILVA, J. Norberto da. Galicismos, Palavras e frases da Língua francesa introduzidas por descuido, ignorância ou necessidade da língua portuguesa. Rio de Janeiro, 1877, 299p.
- CORRÊA, Frederico José. Novo Glossário das Palavras e Frases Viciosas Introduzidas no Português e de Outras que a Necessidade Reclama, Maranhão. 1880.
- DICIONÁRIO DOS VERBOS IRREGULARES DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1880.
- DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA (redigido por Antônio Lopes Valente) Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1884, 2 vols., 1913p. Este dicionário é conhecido como Dicionário Aulete ou Caldas Aulete. Portugal ignorou esta edição que, inclusive, conforme Almeida (1988, 84), também não é tratada por Chaves de Melo (1947).
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique Pedro Carlos de. Glossário de Vocábulos Brasileiros. in Gazeta Literária, Anos I e II. Rio de Janeiro, 1883-84. (É obra do mesmo autor o Dicionário de Vocábulos Brasileiros de 1889)
- RUBIM, Braz da Costa. Vocabulário Indígena e outros introduzidos no uso vulgar. In Re-

- vista do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XLV, Rio de Janeiro, 1882. Idem in Revista Luz, Tomo I, 1872
- RODRIGUES, João Barbosa. Vocabulário Indígena Comparado para Mostrar a Adulteração da Língua. Complemento da Paranduba Amazonense, Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1883, 83 p.
- CARVALHO, Felisberto Rodrigues Pereira de. Dicionário Gramatical, Rio de Janeiro, Garnier, 1886, 379p.
- BELLEGARDE, Guilherme Cândido. Lexicologia. Vocábulo e Locuções da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Liv. Nicolau Alves, 1887.
- FERNANDES, João Ribeiro. Dicionário Gramatical, Rio de Janeiro, 1889, 504p.
- LOPES, Antônio de Castro. Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis, Rio de Janeiro, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, 172p.
- CARVALHO, Antonio José de & RAMOS, João de Deus. Dicionário Prosódico de Portugal e Brasil, Porto e Rio de Janeiro, Lopes e Frederico Augusto Schmidt, 1890, 995p. (Esta é a primeira tentativa de dicionário monolíngüe para uso de portugueses e brasileiros)
- DICIONÁRIO DA LÍNGUA GERAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, vol.83, 1891. (obra atribuída a Frei Onofre)
- TAUNAY, Affonso de Escagnolle. Léxico de Termos Técnicos e Científicos Ainda não Apon-tados nos Dicionários da Língua Portuguesa, São Paulo, Anuário da Escola Politécnica de SP, 1909
- AZEVEDO, Jerônimo. Repertório Lexicográfico da Língua Portuguesa ou Dicionário dos Dicionários. Colab. de Sílvio de Almeida, São Paulo, Empresa Editora de São Paulo de F. Machado, 1911-12, 2 vols., 448p. e 512p. (Só saíram 2 volumes, sendo a última palavra registrada "Adicional")
- GOES, Carlos Fernando (1881-1934). Dicionário de Afixos e Desinências. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1913, 319p.
- GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. Dicionário de Brasileirismos. Peculiaridades pernambucanas. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1915, 291p.
- TESCHAUER, Carlos S. J. Novo Dicionário Nacional. Porto Alegre, Livraria do Globo 1928, 2ª ed.
- BOUCHARDET, Mário. Dicionário da Língua Luso-Brasileira. 1ª ed. Rio Branco, Papelaria Império, 1930, 169p. (Quanto a esta obra, Almeida (1988:46) registra que não se trata de um dicionário, mas sim de um ensaio sobre a necessidade de dicionarização de vocábulos não registrados até 1930).
- CAMARGO, Paulo de. Vocabulário de Algebeira. São Paulo, Empresa Editora Brasileira, 1931, 104p.
- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Organizado por um grupo de filólogos, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938, 1046p.
- FREIRE, Laudelino Oliveira (1873-1937). Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1940-44, 5 vols., 5.283p.
- CARVALHO, José Mesquita de (1901). Dicionário Prático da Língua Nacional. 1ª ed., Porto Alegre, Liv. do Globo, 1946, 1.120p.
- FERNANDES, Francisco (1900-1965). Dicionário Brasileiro Contemporâneo. 1ª ed., 1ª impressão, Porto Alegre, Editora Globo, 1953, 1.143p.
- BUENO, Francisco da Silveira (1898). Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1ª ed. Rio de Janeiro, MEC 1956, 1.151p.
- DICIONÁRIO CALDAS AULETE. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. 4ª ed. (edição

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

- brasileira), colab. de Hamílcar Garcia e Antenor Nascentes, Rio de Janeiro, Editora Delta, 1958, 5 vols., 5.535p. (Almeida (op.cit.,p.84) diz que ao chamar de 4ª a editora ignorou uma edição anterior de 1884 em 2 volumes pela B.L. Garnier do Rio de Janeiro)
- ZUQUETE, Alfonso. Dicionário Geral - Dicionário Geral Luso-brasileiro. Lisboa e Rio de Janeiro, 3 vols (A-D), 1963-1975
- SILVA, Adalberto Prado e. (org). Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado. com a colaboração de José Curado et al. 2ª. ed., São Paulo, Cia Melhoramentos, 1964, 4 vols. 891, 912, 893 e 944 p.
- NASCENTES, Antenor. Dicionário da Língua Portuguesa A fim de ser submetido à Academia Brasileira de Letras para as devidas alterações. Academia Brasileira de Letras/Imprensa Nacional, 1961-67, 4 vols.
- NASCENTES, Antenor. Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Academia Brasileira de Letras/Bloch Editores, 1972, 6 vols.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo, Mirador Internacional/Enciclopédia Britannica do Brasil/ Melhoramentos, 1975, 2 vols.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, 1.517p. (Almeida (1988:123) indica que foram tiradas sucessivas impressões (pelo menos 15 até 1985) sem que em cada uma delas a editora registre a data. A 2ª edição é de 1986)
- HOUAISS, Antonio. Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse. Rio de Janeiro, Editorial Larousse do Brasil, 1979, ilustrado, 1.635p.
- LUFT, Celso Pedro. Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa. Rev. crítica de A. Dimas de Moraes, colab. de Manoel Nascimento. São Paulo, Scipione Autores Editores, 1984. (1ª ed. de fevereiro de 1984, reeditado posteriormente com o título de MINI DICIONÁRIO LUFT)

### 3.3. Da busca por um dicionário padrão

Se entendemos o dicionário monolíngüe ou dicionário de língua como aquele que contém mais informações sobre a língua do que sobre a realidade extra-lingüística (Barbisan 1980:3), o dicionário padrão é aquele que, tratando mais da língua, também cumpre a função de ser um instrumento normativo para o uso e a significação das unidades da língua.

Neste sentido, o dicionário padrão é aquele que tem o prestígio conferido pela comunidade intelectual, o que lhe permite tornar-se autoridade sobre quaisquer dúvidas quanto ao uso padrão ou normatizado da língua. Por isso, é que alguns países têm o seu dicionário oficial, um dicionário padrão que serve de autoridade lingüística. Na Alemanha, há o Duden; na Espanha, o Dicionário da Real Academia.

Já no Brasil, por outro lado, verificamos que o prestígio do *Dicionário Aurélio* sobrepujou a oficialidade do *Dicionário da Academia Brasileira de Letras*. Assim, após fazermos o levantamento cronológico da produção dicionarística brasileira de seus primórdios à atualidade, é

nosso objetivo aqui tratar sobre os dicionários de língua que tiveram ou buscaram de algum modo o estatuto de *dicionário padrão*, já que este tipo de dicionário oferece os parâmetros básicos que orientam a lexicografia monolíngüe.

Conforme Woll (1990:1731), o primeiro lexicógrafo da moderna tradição portuguesa é Antonio Morais Silva. Por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, publicou-se edição fotografada da sua obra de 1813, o que seria o fato indicador da sua 'reintegração oficial' ao repertório lexicográfico nacional. Mas, o que viria a ser realmente um dicionário padrão de língua? 'Um dicionário geral de língua (ou padrão) tende a exercer um papel normativo dentro da comunidade dos falantes' - esta é a opinião de Biderman (1984:28). Para esta autora, este tipo de dicionário tem cerca de 50.000 verbetes e possui um repertório léxico que nenhum falante utilizará totalmente. Assim, além do registro da riqueza vocabular, observa-se, em certa medida, um prestígio do dicionário entre os falantes que o têm como autoridade máxima e até indiscutível sobre o uso padronizado de sua língua.

Certamente, por ter sido alvo de edição comemorativa em 1922, o dicionário de Morais teve, ao menos entre a comunidade intelectual, este estatuto, tendo sido indiretamente considerado como um dicionário oficial ou padrão.

Sucedendo à obra de Morais, indicamos um provável dicionário de língua, o *Dicionário da Língua Brasileira* (vide 3.2) de 1832. Infelizmente isto não pode ser concretamente verificado, pois dele só sobram poucas referências.

Assim, como primeira iniciativa lexicográfica nacional monolíngüe restaria a obra de Antonio Joaquim de Macédo Soares, indicada inclusive por Woll (1990:1731), publicada de 1875 até 1888. Esta, contudo, apresenta-se como um trabalho bastante irregular que poderia ser considerado como um dicionário de brasileirismos. Sua versão original vai apenas até a letra C e tem a proposta de ser, conforme o prefácio, 'um elucidário etimológico das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou neles vêm com forma ou significação diferente'.

Neste sentido, mesmo considerando-se sua versão ampliada, vê-se no dicionário de Soares que, por exemplo, o verbete *faca*, correspondendo a uma palavra da língua comum, não é registrado, havendo indicação apenas para *faca de rastro*; por outro lado estão arrolados *abajur*, *aboliconismo*, *abade*, etc. Em 1954 houve reedição do *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* pelo Instituto Nacional do Livro, corrigi-

da, revista e completada pelo filho do autor, Julião Rangel de Macedo Soares, em dois volumes de A a Z.

Ora, como à sucessão de um reconhecido dicionário de tipo geral pode candidatar-se um dicionário de brasileirismos? Certamente a sucessão é apenas cronológica. Neste sentido, observa Cunha (1989:11) que, nas primeiras décadas deste século, a tônica da lexicografia brasileira foi uma caracterização das divergências entre as modalidades lusitana e brasileira da língua. Com este propósito foram publicados dezenas de glossários de regionalismos e estudos sobre palavras de origem africana ou indígena ou sobre a incorporação de galicismos. Pelo arrolamento bibliográfico na seção anterior, podemos considerar que a grande maioria das obras, desde 1821 até pelo menos 1931, opera neste sentido. Exceções à regra são o próprio Moraes (1813), Faria (1861) e o *Dicionário Prosódico* (1890), pois são obras que focalizam a língua portuguesa como um sistema mais amplo, aliando as variantes regionais, brasileiras e lusitanas, a um todo mais abrangente.

Como proeminentes representantes desta 'tônica' regional-gramaticista cabe destacar, entre outros, o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros* de Beaurepaire-Rohan de 1889.

Esta obra, dedicada a D. Pedro II, é na verdade, uma tentativa de fazer crítica às colocações de outros autores quanto às definições de palavras "brasileiras". É ilustrativo neste sentido o verbete rejeito:

*rejeito s.m. (RS e Pará) nervo tendão da perna do boi. Cortado, ele não pode mais caminhar. Quando se trata do cavalo, o rejeito toma o nome de garrão (Coruja). // Etim. Pensa o Sr. Coruja que rejeito e rejeitar são corruptelas do português jarrete e jarretear ou desjarretear. Não duvido que assim seja.*

Neste exemplo, vemos que Beaurepaire-Rohan, como aliás ele mesmo adverte no prefácio da obra, preocupa-se, em alguma medida, com a síntese ou revisão de outros autores ocupados do cadastramento de variantes diatópicas. Entretanto, esta não é característica geral da obra, como podemos ver no verbete *bonde*:

*Bonde s.m. carro do sistema americano, que, por meio de tração animal, percorre sobre trilhos de ferro, as ruas, as estradas. O estabelecimento deste sistema de rodagem no Rio de Janeiro, no ano de 1868, coincidiu com uma grande emissão de bonds do tesouro público, objeto que ocupava então a atenção de todos. Houve quem se lembrasse de dar o nome de bonde a es-*



*ses veículos, e esse nome foi geralmente adotado. Hoje há empresas de bondes em quase todas as províncias do Brasil.*

Uma obra bastante utilizada por Rohan no *Dicionário de Vocábulos Brasileiros* é a *Coleção de Vocábulos e Frases usadas na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul* de A. Pereira Coruja, publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1852, com reedição em 1863 no Rio de Janeiro. Apesar do seu enfoque regionalista, o dicionário Rohan refere no seu prefácio que utilizou também a obra do frei Domingos Vieira (1871-74).

Obra similar à de Rohan é a de Jerônimo Azevedo de 1911-12, embora com um enfoque diferenciado, já que não se detém apenas em regionalismos. É na verdade uma discussão sobre as diferentes definições nos maiores e mais importantes dicionários da sua época. Esta obra, infelizmente, tratou apenas as palavras começadas com a letra A, sendo terminada com o verbete *adicional*. O verbete *abrir*, por exemplo, ocupa cinco páginas da obra (266-270), revelando a dimensão da discussão que, como se vê, tornou um trabalho de cerca de 950 páginas algo pequeno para comportar tanta análise lexicográfica.

Azevedo tece importantes considerações sobre a estruturação da significação de determinados verbetes, comparando os dicionários de Moraes, Bluteau, Cândido de Figueiredo e outros.

Segue-se à obra de Rohan, o trabalho de Taunay, publicado de 1909 até 1926, o qual procurou ser um 'complemento aos grandes dicionários da língua, averbar indistintamente todos os termos ainda não inventariados pelos lexicógrafos (...) sem preocupação alguma de ordem filológica' (Taunay 1914:110). Taunay utilizou um *corpus* de nomes de plantas e de animais, autores nacionais e jornais, procedimento bastante adotado atualmente em lexicografia e terminografia.

Conforme Almeida (op.cit.p.271), Taunay publicou apenas cinco obras, sendo três na França e duas no Brasil. Os títulos de suas obras indicam a linha de seus trabalhos: *Léxico de termos Técnicos e Científicos ainda não Apontados nos Dicionários da Língua Portuguesa* (Brasil, 1909), *Coletânea de Falhas* (Paris, 1914), *Vocabulário de Omissões* (Brasil, 1924) e *Reparos ao novo Dicionário de Cândido de Figueiredo*, editado na França em 1926. Parece ter sido preocupação central de Taunay preencher lacunas lexicográficas e colaborar com a elaboração de futuros dicionários da língua portuguesa.

São exemplos da obra de Taunay os verbetes abaixo transcritos de *Léxico de Lacunas*:

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

**Bacharelismo** s.m. Regime em que preponderam os bacharéis, do sofisma e da falta de senso prático. É esta a acepção geralmente dada ao termo no Brasil.

**bolinar** v.i. (chul) Perseguir mulheres em público.

**Bomba** s.f. Tubo por onde se aspira a infusão de mate. Cf. *Dic. de Brasileirismos de Leão*.

**Bomba** s.f. (gír) Reprovação em exames.

Na linha mais voltada aos regionalismos ou brasileirismos, encontra-se também a obra de Teschauer, publicada de 1912 até 1929. De acordo com Almeida (op.cit., 273), o autor dedicou-se a apostilar o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros* de Beaurepaire-Rohan. Em 1928, Teschauer enfeixou as três séries de apostilas (de 1912, 1918 e 1923) no *Novo Vocabulário Nacional*, com 952 páginas, em cujo prefácio declara não ter utilizado apenas Rohan, mas também o *Dicionário Caldas Aulete* e o de Cândido Figueiredo. Nesta obra de Teschauer, observamos também uma significativa irregularidade de registros; não há entradas para *faca* ou *lâmina*, mas há para *facada*; não ocorre *remar* ou *remédio*, mas há entradas como *engenho*, *açude*, *abajur*, etc.

Apesar disso, observamos em 1929, com a obra Teschauer, a busca do dicionário oficial ainda configurando-se, pois, se por um lado havia a percepção desta necessidade; por outro, a produção lexicográfica era bastante irregular, via de regra muito ocupada com o registro de brasileirismos, não sendo capaz de reconhecer em Moraes o representante por excelência do dicionário de tipo padrão.

Para Woll (op. cit. p.1731), é apenas na década de 30 que surgem os dois primeiros promissores dicionários gerais de língua no Brasil. O primeiro deles é o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de 1938, elaborado por um grupo de filólogos. Este dicionário, embora tenha um acento regional diferenciado, constitui a 'primeira tentativa de um dicionário genuinamente brasileiro' (nota da editora), não excluindo o português europeu. Esta obra teve sucessivas edições com uma equipe bem variada de colaboradores, especializados ou não - entre os quais o poeta Manuel Bandeira. Conforme Woll, é especialmente a última edição do *Pequeno Dicionário*, de 1961, com a colaboração especial de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a que se encontra melhor elaborada quanto a definições, sememas e indicações terminológicas.

A segunda obra da década de trinta indicada por Woll é o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire, editado em 1939 até 1944. Para Chaves de Melo (op. cit., 69-71), é o

primeiro grande dicionário feito no Brasil, pois tem em mira principalmente a riqueza vocabular e a freqüência de abonações. Do ponto de vista técnico, traz ainda a inovação de numerar as diferentes acepções. Em contrapartida, como aliás é característica do autor, Chaves de Melo não deixa de registrar críticas à obra como, por exemplo, abaixo indicamos:

*Começo por dizer que o dicionário é bem menos valioso do que o faz crer uma propaganda interessada ou apaixonada. Não são pequenos os defeitos que se podem apontar no polpudo Léxico (...) Preocupados os autores com a riqueza vocabular e de acepções, arrolam palavras talvez ainda não entradas na língua (no campo da terminologia científica) e, principalmente, incluíram não raro acepções inexistentes. (Chaves de Melo, 1947:71)*

Além desta, o autor faz ainda muitas críticas ao Dicionário de Laudelino Freire, especialmente as de ordem técnica, como o procedimento de não distinguir regionalismos e brasileirismos, assim como a indicação de locuções substantivas na mesma entrada de dado substantivo; Gladstone Chaves de Melo considera que cada locução deveria compor verbete à parte.

Quanto às incorporações portuguesas ao repertório lexicográfico brasileiro, isto é, edições brasileiras de obras portuguesas, vale citar o conceituado dicionário Caldas Aulete. O Aulete ou *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* é de 1881, mas o 'Aulete brasileiro' foi publicado em 1958 pela editora Delta em cinco volumes. Para Biderman (1984:7), essa versão tem muitos defeitos, pois embora pretendesse ser mais completa que o primeiro Aulete, trazendo o acréscimo da abonação de escritores brasileiros e brasileirismos, caracteriza-se pela má indicação de autores e deficiente revisão gráfica. Deste dicionário, Almeida 1988-84 indica uma edição brasileira já em 1884 pela B.L. Garnier em dois volumes, infelizmente não localizada para análise.

A edição brasileira (com acréscimos), considerada 4ª edição, se ignorada a de 1884, foi 'atualizada, revista e consideravelmente aumentada pela introdução dos vocábulos em uso no Brasil' (nota da editora). A elaboração é de Hamílcar Garcia, havendo nela um estudo sobre a origem da língua portuguesa e uma exposição da pronúncia brasileira feitos por Antenor Nascentes.

Dado o reconhecimento da versão portuguesa original deste dicionário, apontado também por Chaves de Melo (1947: 43-44), e considerando que o grande valor do Aulete (em sua 2ª edição) está nas defi-

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

nições 'claras, exatas, concisas e esplendidamente redigidas', poder-se-ia imaginar que fosse o dicionário mais utilizado ou adotado como padrão no Brasil. Em certa medida, isto aconteceu no início dos anos 60.

Fato semelhante já havia ocorrido em 1860, mesmo antes, em 1857, quando houve edição brasileira do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Eduardo Augusto de Faria de 1840. Há no Brasil inclusive edição de 1861 com dois volumes, que o autor, de passagem pelo país, resolveu publicar.

Chaves de Melo (1947:31-34) considera a obra de Faria algo nada recomendável. Para ele, o 'Dicionário de Faria não tem valor', dizendo ainda que o autor, 'que era mais cavalheiro de indústria que intelectual', não teve método nem critério ou inteligência ao compilar trabalhos anteriores. Quanto à edição brasileira, o crítico é também bastante corrosivo ao chamá-la de 'falcatrua literária' ou mesmo ao considerar ridículas e grotescas algumas indicações etimológicas.

Assim, como podemos observar, a edição brasileira de obras portuguesas não causou bom efeito entre a crítica mais especializada.

Uma iniciativa lexicográfica a ser registrada é o *Dicionário Brasileiro Contemporâneo* de Francisco Fernandes com colaboração de F. Marques Guimarães. Esta obra teve sua primeira edição em 1953 com impressões até 1956. Houve segunda edição em 1969 com sucessivas reimpressões até 1991. É de 1991 a 18ª edição (ou reimpressão?) com revisão de Celso Pedro Luft.

Com prestígio de autoridade apareceu, em 1961-67, o dicionário de Antenor Nascentes para ser submetido à apreciação da Academia de Letras. Esta obra teve versão definitiva, em 1971, sob o título de *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*.

O Dicionário da Academia Brasileira de Letras é, conforme consta em seu prefácio, orientado pelo modelo do Dicionário da Real Academia Espanhola. Da primeira para segunda versão foram omitidas as informações prosódicas e alterados alguns verbetes em sua microestrutura, inclusive nas informações etimológicas.

Não deixa de ser curioso observar que, mesmo tendo havido uma sessão solene da Academia Brasileira de Letras para definir que Nascentes executaria o projeto do dicionário idealizado por Afrânio Peixoto, o mesmo foi concluído em 1943, editado provisoriamente em 1961-67, para então, finalmente, ser publicado em 1971. Como se vê, entre a finalização de sua versão preliminar e a publicação definitiva passaram-se 28 anos.

Para Woll (op.cit.p.1732), o Dicionário da Academia Brasileira de Letras apareceu quase desnecessariamente, já que o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* vinha aperfeiçoando-se desde 1938 até 1961, principalmente com a colaboração de Aurélio Buarque de Holanda.

Segundo Chaves de Melo (1947:64), o *Pequeno Dicionário* iniciou 'uma rápida e brilhante carreira', considerando-o como um 'dicionário escolar por excelência, manual e passivo', cujo norte é a utilidade. Ao analisar a sua 6ª edição (de 1946), Chaves de Melo (op.cit.p.66) estabelece que a obra progrediu sensivelmente no que diz respeito ao seu caráter utilitário e considera seu organizador, Aurélio Buarque de Holanda, 'um dos mais autênticos valores em matéria de lexicografia'.

Na verdade, se podemos pensar numa trajetória da busca de um dicionário padrão da língua, é o *Pequeno Dicionário Brasileiro* que melhor consegue, em si mesmo, descrevê-la, já que realmente não confundiu reimpressão com edição e procurou desde 1938 até 1961, de modo geral, aperfeiçoar macro e microestruturas.

Na esteira de um dicionário escolar, mas não propriamente de um dicionário padrão de língua, destaca-se o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, de Francisco da Silveira Bueno, cuja primeira edição é de 1956, tendo reedições até 1976. Este dicionário é, de certa forma, avaliado institucionalmente, já que, editado e distribuído pelo Ministério da Educação, foi amplamente utilizado em todo território nacional.

A partir da década de 40, multiplicaram-se os dicionários de língua no Brasil. Entre muitos, foram poucos aqueles que, além dos já anteriormente citados, tiveram alguma projeção entre a crítica especializada. Um dicionário que poderia ser destacado neste grupo de 'menor projeção' é o de José de Mesquita de Carvalho, o *Dicionário Prático da Língua Nacional*, cuja primeira edição é de 1946. Esta obra teve 12 edições até 1968 quando dobrou seu número de volumes, de dois para quatro.

Na década de 70, o dicionário mais referendado pela crítica é o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Este é o dicionário mais popular até os dias de hoje no Brasil, sendo sua primeira edição de 1975. Conforme Biderman (1984:7), foi baseado numa versão anterior - o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Almeida (op.cit., 123) indica que do *Novo Dicionário* foram tiradas sucessivas impressões (pelo menos 15 até 1985) sem que a editora registrasse a data, referindo sua segunda edição como sendo de 1986.

O mérito do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Dicionário Aurélio, Aurélio ou 'Aurelião') é reconhecido de diversas maneiras. Houaiss (1990:20) reconhece este mérito em termos de quantificação de entradas - em torno de 115 mil palavras. Biderman (1984:7-9) considera que o Aurélio é um dicionário que se aproxima do tipo thesaurus no que diz respeito ao número de entradas. Para esta autora, o Aurélio 'chega a lembrar a configuração do Cândido Figueiredo', mas distancia-se dele no que diz respeito à menor seriedade e probidade no tratamento de muitos verbetes, como aqueles que descrevem a terminologia técnico científica.

Em verdade, o *Dicionário Aurélio* mereceria aqui um grande espaço de análise, contudo, limitamo-nos apenas a algumas considerações.

Para Biderman (1984:28), na sociedade brasileira contemporânea, o *Aurélio* vem exercendo a função de um dicionário tipo padrão há uma década. Afirmando que 'o *Aurélio* assumiu o papel de norma lingüística em virtude de não existir uma obra de mesmo tipo e melhor elaborada que concorresse com ele, uma vez que toda nação civilizada contemporânea carece desse instrumento cultural'. Biderman também aponta como fator contribuinte para este 'status' do dicionário o fato dele se restringir a um único volume.

Embora tenha alcançado o *status* do dicionário padrão, várias são as críticas que se fazem ao Dicionário Aurélio. Barbisan 1980, por exemplo, ao tratar das relações paradigmáticas de sinonímia do Novo Dicionário (e também no Dicionário da Academia Brasileira de Letras) concluiu ser praticamente inexistente a informação sobre as relações paradigmáticas de sinonímia como material lingüístico. Além disso, quanto às relações sintagmáticas, Barbisan aponta falta de sistematicidade, sendo seu estudo restrito à classe dos verbos.

Quanto à pertinência das acepções no *Dicionário Aurélio*, temos o trabalho de Krieger 1980 que, analisando semicamente um conjunto de verbetes substantivos, concluiu que 'as acepções, propostas em cada verbete, não correspondem, em sua totalidade, a significados distintos da palavra entrada' (Krieger, 1980:202). Entre dezesseis verbetes analisados pela autora, em onze deles a divisão por acepções foi considerada inadequada. Fora isso, Krieger também concluiu que 'muitas das definições são formuladas por expansão, entretanto não configuram a significação básica' que, na ótica do seu trabalho, 'corresponde à indicação de uma categoria semântica geral e de diferenças específicas'.

Independentemente de defeitos, o dicionário Aurélio assumiu grande importância na sociedade brasileira, tendo-se notado, após a morte

do seu autor, um certo vácuo no panorama lexicográfico nacional. A exemplo de muitos dicionários estrangeiros, que sobreviveram à morte de seus autores, o *Dicionário Aurélio* é certamente um patrimônio que merece o investimento de reedição revisada e atualizada. É um trabalho construído desde a época do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* que necessita de lapidações, reparos e acréscimos para que continue ocupando seu importante espaço na cultura nacional.

Além do Dicionário Aurélio, muitos outros também compõem a trajetória lexicográfica brasileira. Importantes editoras internacionais como a Enciclopédia Britânica e a editorial Larousse publicaram dicionários monolíngües no Brasil, ou melhor, patrocinaram obras nacionais. Entre essas cabe citar o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Mirador Internacional* editado pela Mirador Internacional Enciclopédia Britânica do Brasil e Companhia Melhoramentos em 1975 em 2 volumes. Esta obra teve 9 edições até 1987 quando houve o acréscimo de mais um volume; em 1990, registra-se a 12ª edição deste dicionário com plano estrutural e coordenação de Adalberto Prado e Silva entre outros; sendo indicada a colaboração lexicográfica de Francisco da Silva Borba.

Woll (1990:1732) considera como 'variante nacional do Petit Larousse Illustré' o *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse* de Antonio Houaiss pela Editorial Larousse do Brasil em 1979. Esta obra, de caráter enciclopédico, teve reedições (ou reimpressões?) em 1980, 81, 82, 84 e 87.

Um filão mais atual (e rentável) da lexicografia tem-se voltado principalmente para os minidicionários, dicionários de bolso ou dicionários escolares. O dicionário Aurélio em sua versão 'mini' (*Minidicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. 506 p.) vinha ocupando majoritariamente este segmento do mercado editorial, já que muitos professores em todo país o adotam para uso em sala de aula. Mais recentemente, encontram-se muitos concorrentes no mercado tais como o *Minidicionário Luft* (uma nova versão do *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* de C. P. Luft de 1984) e o *Minidicionário Enciclopédico Koogan Larousse* de A. Houaiss.

Uma das mais novas publicações brasileiras na área dicionarística em 1991 é o *Dicionário Brasileiro Globo*, indicado como 18ª edição, de Francisco Fernandes, Celso Pedro Luft e F. Marques Guimarães. Almeida (op. cit., 82) registra a 1ª edição de 1984 e a 3ª de 1985. Como seu

'copyright' é de 1952, chegamos à conclusão de que esta, na verdade, é um reedição do *Dicionário Brasileiro Contemporâneo* de Francisco Fernandes com a colaboração de F. M. Guimarães, com pequenas alterações da 2ª edição (com reimpressão em 1953, 54, 56 e 1970).

Como se vê, ainda se tenta preencher o espaço ocupado pelo Dicionário Aurélio de algum ou de outro modo, nem que seja pelo anúncio da falsa novidade.

Quanto às iniciativas de novos projetos, Woll (op.cit.p.1733) destaca o dicionário com banco de dados iniciado por Antonio Houaiss, o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Houaiss (1990:p.19) intitula-o *Dicionário Lexicográfico da Língua Portuguesa* e o define diferenciadamente dos dicionários já existentes pelo fato de vir com a datação das palavras:

*o fato de você dar a origem da palavra em minúcias, permite que o usuário a apreenda com maior peso, fixação (...) este dicionário propõe que o usuário leve o estudo da língua um pouco mais aprofundamente (...). Meu projeto sempre previu o máximo de economia. (p. 20-21)*

Observamos, pelo exposto, que a produção de dicionários de língua no Brasil se muitas vezes caminha a passos curtos, outras vezes elabora projetos bastante ambiciosos, voltando, não raro, ao seu próprio passado. Mesmo assim, podemos considerar que o Dicionário Aurélio, produto de uma evolução constante desde o *Pequeno Dicionário Brasileiro* de 1938 até 1961, ocupa até hoje, apesar de suas falhas, a posição de dicionário oficial brasileiro. Além disso, pode-se dizer que, pelo menos até a década de 30, foram produzidos muito mais dicionários de brasileirismos ou de peculiaridades regionais, embora de modo geral fosse reconhecida a necessidade da construção de um dicionário oficial ou padrão de língua.

Contudo, podemos dizer que ainda hoje nos falta um dicionário padrão institucionalizado. Isso porque o dicionário 'oficial' da Academia pouca expressão tem frente à importância cultural do 'oficializado' Dicionário Aurélio.

Daí a importância também de se recuperar a história da lexicografia nacional, já que este conhecimento pode contribuir para a avaliação e direcionamento de investimentos nesta área. Além disso, entendemos que os estudos de lexicografia teórica podem contribuir em grande medida para a definição das características de um dicionário padrão brasileiro.



#### 4. A TEORIA DO TEXTO LEXICOGRÁFICO E O TRATAMENTO DA MICROESTRUTURA

Para Wiegand (36:328-329), o dicionário geral de língua é o principal componente de uma teoria da lexicografia monolíngüe. Numa perspectiva textual, o dicionário, aqui entendido como 'dicionário geral monolíngüe', tem duas dimensões: a dimensão do texto-livro e a do texto-lista de palavras. A dimensão da lista constitui a parte principal do texto-livro. Ambas as dimensões apresentam subestruturas.

A dimensão da lista de palavras possui várias unidades importantes e estruturas constituintes, sendo a unidade básica do dicionário o enunciado lexicográfico. Ele é constituído de um tema ou tópico (o definendum) e um comentário (a definição), onde, segundo o autor, se estabelece uma relação entre forma e informação. Na definição podem ser encontrados vários tipos de informação ou itens a respeito da forma condensada (a indicação do lema) que representa um dado signo lingüístico.

No interior do enunciado lexicográfico, a informação relaciona-se ao tema através de um procedimento designado 'procedimento de endereçamento'. Nesse procedimento, cada item ou unidade de informação é 'endereçoado' a uma forma chamada endereço ou localização (que é o tema). Assim, o lema ou entrada é o endereço ou localização mais importante, pois pertence à estrutura de acesso do dicionário. Tal estrutura pode exceder a dimensão da lista de palavras se a obra tiver outros tipos de listas, caso de listas de topônimos, abreviaturas, etc.

Segundo Wiegand, o conjunto ordenado de todos os lemas de um dicionário constitui a sua macroestrutura, podendo ser maior que a dimensão da lista de palavras. A microestrutura, por outro lado, é o conjunto de itens de informações que são endereçoados ao lema e abarca inclusive a própria indicação do lema.

##### 4.1. *A microestrutura e seu estatuto na teoria*

O módulo formal da Teoria do Texto Lexicográfico tem como ponto de partida o princípio matemático da estruturação de grandezas em conjuntos desenvolvido por Bourbaki 1957. De acordo com tal princípio, toda estrutura genérica é formada e caracterizada por subconjuntos relacionados entre si. Uma estrutura é definida, então, como o conjunto de elementos entre os quais há pelo menos uma relação.

O modelo formal subjacente à teoria constitui-se sobre o princípio da grandeza axiomática, em que um tipo de estrutura é um número de condições (axiomas) que a caracterizam, o que equivaleria, grosso modo,

aos subconjuntos. Como classes formalizadas de elementos (indicações) caracterizam uma dada estrutura, a microestrutura do dicionário é, portanto, entendida como um conjunto formado por classes de indicações de informação decomponíveis em constituintes imediatos. Tais constituintes apresentam-se ordenados hierarquicamente mantendo entre si relações de parte-todo e de precedência-conseqüência.

Para o tratamento da microestrutura, Wiegand postula uma descrição formal de seus constituintes em termos hierárquicos, uma vez que os tradicionais processos lineares de representação não conseguem espelhar muitas das relações estabelecidas entre os diferentes itens de informação nela contidos. Além disso, o autor diferencia a microestrutura hierárquica concreta de sua correspondente abstrata: a abstrata é um grandeza composta por grandezas de indicações (um conjunto de classes de indicações); a concreta, por sua vez, é formada por um sistema de elementos que compõem essas classes de indicações. Assim, a microestrutura do dicionário monolíngüe pode ser representada, à semelhança dos diagramas de Chomsky no Modelo Padrão, por meio de diagramas arbóreos, tal como se vê, abaixo, na figura 1:

Na figura 1, onde **IVBT** representa a grandeza da indicação total do verbete, **CF** é o comentário formal, **ILS** é a indicação do signo-lemma e **IGr** é a indicação gramatical, com **IG** para indicação de gênero e **ICl** indicação de classe gramatical. **CS** é o comentário semântico, constituído por **IPrS**, indicação pragmático-semântica. **ITerm** é a indicação ter-

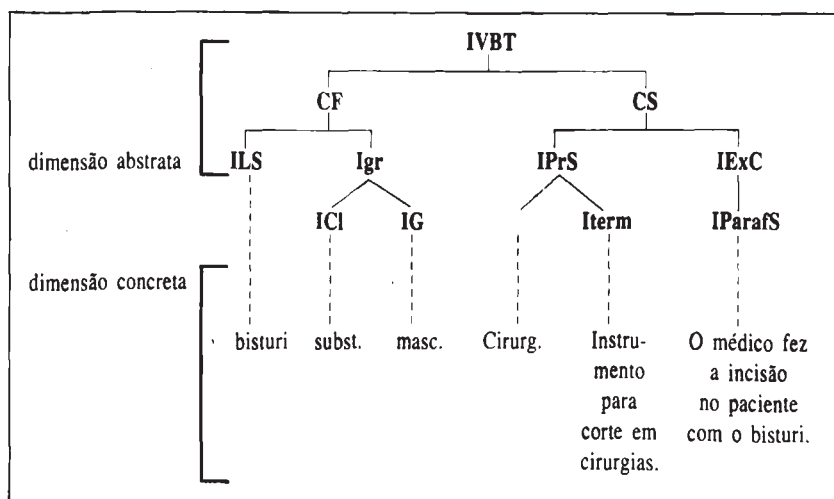


Figura 1: Representação arbórea de um verbete.

minológica; **IParafS**, a indicação de paráfrase do significado; e, finalmente, **ExC** corresponde à indicação de exemplo de competência discursiva.

A proposta de Wiegand é essencialmente baseada nesse esquema constitutivo e utiliza um método que possibilita a identificação de textos parciais e segmentos textuais nos verbetes. Construindo, a partir desses itens de informação propostos, uma terminologia própria e uma formulação para sua distribuição nas entradas dos dicionários.

Além da proposta de configuração microestrutural para verbetes de dicionários de língua, baseada num 'etiquetamento categorial' dos tópicos de informação de um verbete, o autor também estabelece um tipologia de microestruturas, o que naturalmente comporta variações. São três grandes blocos ou tipos básicos: **microestrutura simples**, **microestrutura estendida** e **microestrutura composta**. A primeira é aquela em que temos apenas **CF** e **CS** como constituintes imediatos de **IBVT**.

No interior da categoria microestrutura simples, temos também a microestrutura integrada, aquela que apresenta integradas ou indicações de polissemia, o que equivaleria a subcomentários semânticos. A microestrutura parcialmente integrada corresponde àquela que, além de subcomentários semânticos (**SCS**), possui a indicação de **Anexo Semântico** (**Anexo**), onde estão as locuções em que o signo-lemma tenha participação. A microestrutura estendida é aquela em que aparecem inserções ou informações complementares chamadas pré- inter- ou pós-comentário. Finalmente, a microestrutura composta é aquela que engloba subverbetes em sua constituição.

##### 5. HIPÓTESES LEVANTADAS PELO TRABALHO

Para a configuração da microestrutura dos dicionários monolíngües brasileiros em sua trajetória histórica foram levantadas três hipóteses: **1)** a configuração formal do microuniverso do verbete revela um processo de estruturação interna que vai do mais simples, ou menos formalizado, até o mais complexo ou elaborado; **2)** a trajetória dos verbetes substantivos concretos revela uma distribuição estável dos elementos formais da microestrutura; **3)** a trajetória dos verbetes substantivos abstratos revela uma distribuição instável dos elementos formais da microestrutura.

Adotando a posição de verificar uma possível 'evolução microestrutural' e partindo do pressuposto de que a configuração microestrutural dos dicionários brasileiros faz um trajeto histórico até sua forma atual, o trabalho considerou que o caminho evolucionar mais provável seria

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

aquele que iria do mais simples até o mais complexo. Assim, com base nas tipologias desenvolvidas por Wiegand e numa atribuição de graus de complexidade para as mesmas, foram analisados dois grupos de verbetes substantivos em um conjunto de 14 obras consideradas representativas da prática dicionarística brasileira entre 1813 e 1991.

A atribuição de graus para a classificação das microestruturas obedeceu à escala indicada na tabela abaixo:

TABELA 1  
*Atribuição de grau microestrutural*

Configuração microestrutural (tipo)	grau de elaboração
CF+ CS	1
CF+ CS+ Anexo	2
CF+CS+ Comentário (Pré- Inter- ou Pós-)	3
CF+ Cs+ Anexo+ Comentário	4
CF + CS (SCS)n	5
CF+ CS (SCS)n + Anexo	6
CF + CS( SCS)n + Comentário	7
CF + CS (SCS)n + Anexo + Comentário	8
CF + Subverbeta	9
CF+ Indicação de uso em contextos	10

### 6. CORPUS ANALISADO

Para efetivar a análise, foi utilizada a classe dos substantivos como tipo de verbete-foco e um conjunto de dicionários representativo da prática lexicográfica brasileira ao longo de sua história. Uma vez delimitado um conjunto considerável de obras, processou-se a fixação dos verbetes para descrição e atribuição de grau microestrutural. Tendo em vista a necessidade de um grupo de verbetes que constasse do maior número possível de obras e que se subdividisse entre substantivos concretos e abstratos, foi definido o seguinte conjunto de entradas:

grupo de verbetes nº 1 - *adaga, cutelo, cutela, faca, facão, navalha, punhal, trincha e trinchante;*

grupo de verbetes nº 2 - *conhecimento, inteligência e sabedoria.*

Esse conjunto de verbetes, entre outros fatores, acabou determinando o seguinte conjunto de dicionários-foco (indicados abaixo por ordem cronológica):

- D1: SILVA, Antônio de Moraes (1755-1824). **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Tip. Lacerdina, 1813, 2 vols.
- D2: FARIA, Eduardo Augusto de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Constitucional J. Villeneuve / Laemmert, 1861, 2 vols.
- D3: CARVALHO, Antonio José de; DEUS, João de. **Dicionário Pro-sódico de Portugal e Brasil**. 4. ed. Porto e Rio de Janeiro: Lopes e Frederico Augusto Schmidt, 1890.
- D4: FREIRE, Laudelino Oliveira (org.) (1873-1937). **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. colab. de J.L. de Campos, Rio de Janeiro: A Noite, 1940, 5 vols.
- D5: LIMA, Hildebrando de; BARROSO, Gustavo. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949.
- D6: GARCIA, Hamilcar; NASCENTES, Antenor. **Caldas Aulete - Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 4. ed. (1. ed. brasileira), Rio de Janeiro: Delta, 1958, 5 vols, ilustrado.
- D7: NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Academia Brasileira de Letras, 1961-67, 4 vols.
- D8: CARVALHO, José Mesquita de. **Dicionário Prático da Língua Nacional**. 19. ed. São Paulo: Egéria, 1969, 4 vols.
- D9: BUENO, Francisco da Silveira (1898). **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 7. ed. (1. e 2. impr.) Rio de Janeiro: MEC, 1970.
- D10: NASCENTES, Antenor. **Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Bloch, 1972.
- D11: SILVA, Adalberto Prado (coord.). **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Mirador Internacional**. São Paulo: Mirador Internacional/Enciclopédia Britânica do Brasil, Melhoramentos, 1975.
- D12: LUFT, Celso Pedro. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1984.

- D13: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 15. impress., 1.ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.
- D14: FERNANDES, Francisco. LUFT, Celso Pedro, GUIMARÃES, F, Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 18.ed. São Paulo: Globo, 1991.

É oportuno ressaltar que diferentes outros critérios também condicionaram a escolha desses dicionários. Na verdade, o conjunto inicial de obras candidatas à análise foi composto por 53 obras publicadas no Brasil no período entre 1813 e 1991. O arrolamento e a descrição das principais características dessas obras já foram aqui referidos.

## 7. METODOLOGIA

A partir dos pressupostos teóricos de Wiegand, foram descritos 12 verbetes em cada um dos 14 dicionários finalmente selecionados. A segmentação dos itens de informação no interior da entrada obedeceu aos critérios fixados no módulo teórico com a devida adaptação para a lexicografia de língua portuguesa. De tal modo, a análise comparativa e evolucionar das configurações microestruturais para os dois conjuntos de verbetes entre 1813 e 1991 possibilitou o exame de padrões de constituição formal da microestrutura.

Após a representação arbórea de cada entrada, tal como exemplificado na figura 1, foram examinadas as características de cada verbete quanto a sua configuração e a respectiva gradação de complexidade microestrutural. Com base nessa gradação proposta e no exame de 168 entradas num conjunto de 14 dicionários, foram avaliadas as hipóteses aventadas.

Além disso, vale observar que a tipologia microestrutural indicada na tabela 1, um dos instrumentos utilizados para verificação do grau de complexidade microestrutural, não corresponde exatamente à tipologia apresentada por Wiegand. Tendo havido, nesse ponto do estudo, em nosso entendimento, uma contribuição no sentido de aperfeiçoá-la.

## 8. RESULTADOS

Para um melhor acompanhamento dos principais resultados que dizem respeito à trajetória formal dos verbetes, apresentamos o gráfico a seguir. Nele está indicada a média do grau de complexidade micros-

trutural, para os dois conjuntos de verbetes (tomados como um todo) em ordem cronológica em cada um dos 14 dicionários examinados.

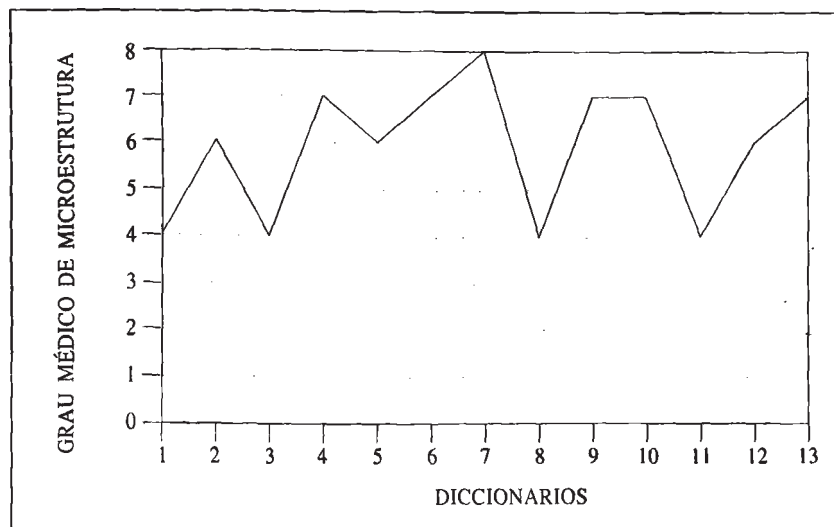


Gráfico 1: Grau de complexidade microestrutural médio para cada dicionário examinado.

Note-se que o gráfico mostra uma constante irregularidade dos tipos microestruturais por dicionário. Por outro lado, vê-se que a trajetória formal da microestrutura descreve um percurso majoritariamente evolutivo.

Observe-se, entretanto, que esse percurso nunca atinge níveis de elaboração microestrutural inferiores à média de D1 (o Dicionário Moraes de 1813). Por outro lado, é importante notar que 71% das obras analisadas apresentaram verbetes com níveis de elaboração entre os graus 6 e 7.

Com vistas à verificação das hipóteses, os principais resultados da análise foram os seguintes:

- a) ocorreu evolução microestrutural, pois o percurso formal médio da microestrutura é ascendente;
- b) a instabilidade na configuração microestrutural é uma propriedade geral dos verbetes substantivos;
- c) a microestrutura com integradas corresponde ao perfil médio da forma dos verbetes substantivos;

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

- d) o grau de elaboração das entradas é bastante elevado;
- e) a diferença formal, em média, entre verbetes de substantivos concretos e abstratos reside no grau de complexidade microestrutural. Substantivos concretos têm verbetes caracterizados pela presença de acepção única; já os abstratos praticamente não possuem este tipo de microestrutura;
- f) os verbetes de substantivos concretos permanecem em média na faixa microestrutural de graus 5 até 7, enquanto os abstratos estão, em maioria, na faixa entre os graus 6 até 8.

Os resultados principais revelaram que, historicamente, o processo de estruturação das entradas manteve-se em média com graus de complexidade instáveis, embora crescentes e na faixa da microestrutura com mais de uma acepção, acompanhada de locuções e comentários diversos (como comentários etimológicas, de conotação, de uso, enciclopédicos, etc.).

De outro lado, é interessante observar que, sendo o gráfico apresentado uma média aritmética dos graus tipológicos médios em cada um dos dicionários para os dois conjuntos de verbetes, ficam fora de seu alcance, por exemplo, a incidência maior ou menor de um tipo de microestrutura para quaisquer dos grupos. Neste sentido, é importante registrar que foram encontrados, na média dos dois grupos, os seguintes tipos microestruturais: 68% de microestruturas com mais de uma acepção, 15% de microestruturas com acepção única e 22% de microestruturas constituídas por subverbetes.

### 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados obtidos e a própria condução da análise, acreditamos que o instrumental proporcionado pela teoria *wiegandiana* mostrou-se bastante adequado para o tipo de investigação a que nos propusemos. Neste sentido, a principal qualidade do método de segmentação do enunciado lexicográfico é possibilitar a análise dos verbetes no plano de sua estrutura concreta e abstrata. Este processo é importante também por permitir, através da classificação das informações das entradas, além da investigação de padrões de organização metatextual, uma caracterização bastante detalhada do arranjo estrutural de verbetes e dicionários.

Naturalmente, dado o ineditismo da aplicação deste módulo da chamada Teoria do Texto Lexicográfico à lexicografia brasileira, talvez



a operacionalização proposta pudesse ter sido encaminhada de um modo diferente e até mais completo.

Deste modo, reconhecemos que nosso reordenamento da classificação tipológica de acordo com graus de complexidade poderia ser ampliado. Neste sentido, a exploração e a combinação da microestrutura composta com outros tipos de elementos estruturais geraria um quadro classificatório muito mais amplo.

Além disso, é também possível analisar, em maior detalhe, a constituição de Subverbetes, Anexos Semânticos e Comentários, de modo que cada um desses tópicos constitua um estudo independente.

Apesar dos seus limites, a dissertação que, de certo modo, resumimos aqui pretendeu contribuir para a abertura de caminhos rumo a uma análise formal e sistemática da constituição da lexicografia brasileira.

Além da evolução formal na elaboração de verbetes substantivos, registramos que seu percurso histórico foi bastante acidentado, já que, de modo geral, diferenciações de natureza semântica como abstrato/concreto não provocaram alterações significativas na forma dos lexicógrafos estruturarem as entradas dos dicionários.

Essas são conclusões que ainda apontam para muitas outras possibilidades de investigação, tais como aquelas em que a caracterização formal ou 'sintática' do verbete ou de seus constituintes possa ser analisada em contraste com suas características de estruturação do significado, ou naquelas em que se possa mensurar o verdadeiro peso da tradição lexicográfica sobre quaisquer outros critérios na elaboração dos verbetes.

Apesar da análise restrita à organização formal das entradas de nossos dicionários, entendemos que, além do 'design' do verbete, estão colocadas na microestrutura formal relações e concepções que extrapolam a simples ordenação dos elementos de um conjunto. Um exemplo importante disso é o procedimento reiterado da indicação de homonímia subordinada à polissemia, fato que a estrutura das entradas examinadas revelou.

A partir dos resultados obtidos, a investigação também indicou que o percurso formal da lexicografia brasileira estabeleceu-se bastante distanciado de uma regularidade de métodos, procedimentos e critérios para a redação de verbetes substantivos. O que, em boa parte, é produto da ausência de um dicionário de língua padrão ou institucional, em seu sentido estrito, que sirva de modelo e base para a organização microestrutural, e também do pouco volume de crítica lexicográfica sistemática que temos publicado no Brasil.

É também importante salientar que, na perspectiva da dissertação,

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

o dicionário oficial representaria a legitimação de um padrão, auxiliando a análise de resultados enquanto parâmetro de uma 'boa organização'.

Apesar dessa lacuna, no Brasil, onde a tradição é a apresentação de critérios heterogêneos e geralmente não científicos para classificação e avaliação dos dicionários, uma obra alcançou o estatuto de *dicionário padrão* - o Dicionário Aurélio - qualificação resultante do uso e do público leigo e não de estudos de lexicografia teórica.

Por isso, a dissertação enfocou a descrição dos processos de estruturação microestrutural em várias obras do gênero, sem ter tomado um dicionário específico como padrão de análise. Neste sentido, o dicionário de Moraes consistiu apenas em ponto de referência histórica para a análise da trajetória da lexicografia brasileira.

Resumindo o que foi dito anteriormente, podemos dizer que, para além do 'desenho' do verbete, a dissertação mostrou que estão refletidas na sua microestrutura formal outras relações e concepções que extrapolam uma simples ordenação de elementos. Além disso, o conjunto dos resultados do trabalho sublinhou que o percurso formal da lexicografia brasileira, embora evolutivo em termos de elaboração, esteve bastante longe de uma regularidade.

É importante também frisar, mais uma vez, que a Teoria do Texto Lexicográfico, neste seu módulo, com as devidas adaptações para o português e para a nossa tese 'evolucionista', revelou-se um ótimo instrumento para a descrição e análise de padrões microestruturais. Esse módulo da teoria, em sua primeira aplicação à lexicografia brasileira, permitiu antever muitas outras possibilidades de investigação.

Há muito por se fazer rumo à lexicografia teórica brasileira ou de língua portuguesa com o objetivo da reflexão sobre os dicionários existentes e do aperfeiçoamento de obras consagradas pelo uso ou de novos projetos. Afinal, os dicionários, em função de sua complexidade e de seu relevante papel na sociedade, não devem ser vistos apenas como meros produtos editoriais. É apenas a partir da sua crítica e análise sistemática que poderemos contar com obras de real qualidade. Reforçando essa idéia, a título de conclusão, traduzimos para o português as recentes palavras de Haensch (1997):

*Ante o número de crescente de dicionários de todo tipo que se vai publicando, uns excelentes ou bons, outros medíocres e até maus, uma atitude crítica é mais necessária do que nunca. Onde não há crítica e só há indiferença, não há sequer um estímulo para melhorar essas obras de consulta. A crítica não tem que ser nem puramente elogiosa, nem mal-intencionada, apenas objetiva.*

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA, Átila.(1988) *Dicionários, Parentes e Aderentes*. João Pessoa: Nova Stella, 349p.
- BARBISAN, Leci B.(1980) *Proposição do Modelo distribucional de Jean Dubois para a elaboração de verbetes de dicionários de língua: estudo das relações sintagmáticas dos verbos olhar e fechar*.Porto Alegre: UFRGS, diss. d e mestrado.
- BIDERMAN, M.Tereza C. (1984) O dicionário padrão da língua. In: *Alfa*, São Paulo, 28(supl.): 27-43.
- BOURBAKI, Nicolas. (1968). *Elements of Mathematics. Theory of sets* [Translation of Bourbaki 1957]. Paris.
- BLAKE, Augusto Sacramento.(1883-1902.) *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. (1947) *Dicionários Portugueses*. Rio de Janeiro: S.O.M.E.S.
- CUNHA, Antônio G. da. (1989) Pontos Negros na Lexicografia da Língua Portuguesa. (Actes du XVIIIo. Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, Trier, 1986). In: KREMER, Dieter. *Lexicologie et Lexicographie*. Tübingen: Tübingen Verlag, p.11-15.
- DUBOIS, J. (1962)Recherches Lexicographiques: Esquisse d'un Dictionnaire Structural. In: *Études de Linguistique Appliquée*, 1: 43-48, Paris: Didier.
- DUBOIS,J; DUBOIS, Claude.(1971) *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Larousse.
- FINATTO, Maria José Bocorny.(1993) *Da Lexicografia Brasileira (1813-1991): Tipologia Microestrutural de Verbetes Substantivos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diss. de mestrado.333p.
- HAENSCH, G.(1982) Tipologia de las obras lexicográficas. In: HAENSCH, G. et.al. *La Lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos. p.95-187.
- HAENSCH,G. (1997). Los diccionarios del español en el umbral del siglo XXI. 1.ed. Salamanca: Universidad de Salamanca. 293p.
- HOUAISS, Antonio.(1990) A produção do dicionário. In: *LEIA*, São Paulo:Record, novembro de 1990, 19-22.
- KRIEGER, Maria da G. (1980). *A definição lexicográfica no Novo Dicionário Aurélio*. Porto Alegre: UFRGS, diss. de mestrado.
- LARA, Ignacio Ahumada.(1989) *Aspectos de Lexicografía Teórica*. Granada: Universidad de Granada.
- REY, Alain.(1965) A propos de la définition lexicographique. In: *Cahiers de Lexicologie*. Paris:Larousse, 6(1):67-80.
- REY-DEBOVE, Josette.(1966) La définiton lexicographique: Recherches sur léquation semi-que. In: *Cahiers de lexicologie*. Paris: Didier/ Larousse, 8(1):71-94.
- REY-DEBOVE, J. (1984). Léxico e dicionário. Trad. De Clóvis B. de Moraes. In: *Alfa*, São Paulo, 28 (supl.):45-69.
- REY-DEBOVE, J. 33.(1989) La métalangue lexicographique: formes et fonction el lexicographie monolingue. In: *International Encyclopedia of Lexicography*. Berlin/New York: De Gruyter, 305-310.
- WIEGAND, Herbert Ernst. HAUSMANN, Franz Josef. 36.(1989) Component Parts and Structures of General Monolingual Dictionaries: A Survey. In: *International Encyclopedia of Lexicography*. Berlin/New York: De Gruyter. p. 328-360.

## DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

- WIEGAND, H.E.(1976) Synonymie und ihre Bedeutung in der einsprachigen Lexikographie. In: *Probleme der Lexikologie und Lexikographie*. Düsseldorf. p 118-180.
- WOLL, Dieter.(1990) Portugiesische Lexikographie. In: : *International Encyclopedia of Lexicography*. Berlin/New York: De Gruyter. 1990, 1723- 1735.